



MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2023

Emitente: Controladoria da Câmara Municipal de Viana

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Viana

Gestor responsável: Joilson Broedel

Exercício: 2023

RELATÓRIO

1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno avaliou referente ao exercício supramencionado, pontos de controle considerados relevantes para uma boa gestão, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O presente relatório consistirá na averiguação da execução orçamentária, tendo como pontos de análise créditos orçamentários e adicionais, receita e despesa, gastos com pessoal, aplicações, bens patrimoniais, disponibilidades financeiras, conforme tabela referencial da IN 68/2020 - TCEES. O conteúdo consiste em verificar o atendimento à legislação vigente, com suporte documental analítico utilizado por esta unidade de controle interno, visando averiguar a veracidade das informações e relatórios contábeis, financeiros e operacionais.

A seguir apresenta-se os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, emitindo, ao final, o parecer conclusivo.



1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	Relatórios Contábeis.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Verificação documental.	12 meses	12 meses

1.2. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Relatórios Contábeis.	LRF	Verificação documental	12 meses.	12 meses.



1.3. Gestão Patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial (contábil) e Inventário Anual.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/19 arts. 94 a 96.	Conciliação de Demonstrativos.	12 meses.	12 meses.
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle.	Processo nº 912/2023. Relatório de Auditoria nº 06/2023.	Lei 4.320/1964. Lei de Responsabilidade Fiscal e CRFB/88.	Auditoria de conformidade.	12 meses.	12 meses.
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle.	Processo nº 1.836/2023. Relatório de Auditoria nº 07/2023.	Art 216 da CRFB/88 e Instrução Normativa Interna nº 02/2021.	Inspeção física.	727 itens.	17 itens.
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle.	Processo nº 1.837/2023. Relatório de Auditoria nº 08/2023.	Art 216 da CRFB/88 e Instrução Normativa Interna nº 02/2021.	Inspeção física.	727 itens.	18 itens.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Relatórios Contábeis e Extrato Bancário.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	Banestes.	01 (uma) Instituição Financeira.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Processo nº 65/2023. Relatório de Auditoria nº 02/2023.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Auditoria de conformidade.	12 meses	04 meses

1.4. Limites Constitucionais e Legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art 18.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.7	Despesas com pessoal – limite.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolção do limite – providências / medidas de contenção.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.



Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas, existência de dotação orçamentária, autorização na LDO.	Relatórios contábeis e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.	CRFB/88, art 169,§1º	Verificação documental.	12 meses	12 meses.
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento.	Processo nº1.373/2023. Relatório de Auditoria nº09/2023	CRFB/88 e LC 101/2000.	Auditoria de conformidade	12 meses	4 meses
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação.	Legislação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração de vereadores.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 meses.	12 meses.

1.5. Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE.	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01
-	Saldos dos Balancetes Contábeis	Processo nº42/2023. Relatório de Auditoria nº01/2023.	Lei 4.320/1964. MCASP. PCASP.	Auditoria de conformidade.	12 meses	01 mês
-	Transparência Passiva	Processo nº 154/2023. Relatório de Auditoria nº 03/2023.	Lei 12.527/2011- Lei de acesso à informação e Lei 10.098/2000 – Lei da promoção a acessibilidade	Auditoria de conformidade.	12 meses	06 meses
-	Cálculo de Férias de Servidores	Processo nº 911/2023. Relatório de Auditoria nº 05/2023	CRFB/88 e Estatuto do Servidor do Município de Viana.	Auditoria de conformidade.	12 meses	03 meses
2.2.28	Ordem cronológica das exigibilidades passivas - Cumprimento.	Processo nº 1.374/2023 Auditoria 10/2023	Lei nº 8.666/93 e art. 37, CRFB/88.	Auditoria de conformidade.	12 meses	02 meses



Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

-	Transparência em aspectos de Recursos Humanos	Processo nº 1.271/2023. Relatório de Auditoria nº 11/2023.	CRFB/88, LC 101/2000 e Lei de Acesso a informação.	Auditoria de conformidade.	12 meses	12 meses
3.1.1	Gestão da Frota de Veículos	Processo nº 153/2023. Relatório de Auditoria nº 04/2023.	Lei 8.666/93, Lei 14.133/2021 e Resolução Administrativa nº 01/2019.	Auditoria de conformidade.	12 meses	03 meses
3.1.1	Uso adequado de veículos oficiais	Processo nº 2.371/2023. Relatório de Auditoria nº 13/2023.	Resolução Administrativa nº 01/2019.	Auditoria de conformidade.	11 veículos	3 veículos.
-	Transparência nos trabalhos do Legislativo	Processo nº 1.270/2023. Relatório de Auditoria nº 14/2023.	Lei de Acesso a informação, Regimento Interno da Câmara Municipal de Viana e Lei Orgânica do Município de Viana.	Auditoria de conformidade.	12 meses	2 meses

2. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:

2.1. Repasses do Duodécimo

A Constituição Federal dispõe sobre limites de despesas com o Legislativo Municipal. A Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 foi promulgada com o objetivo de editar regras e impor limites, que deverão utilizar como parâmetros a receita tributária e as transferências constitucionais.

Nos termos do artigo 29-A CF/1988, a base de cálculo para os repasses ao Legislativo dos municípios com população até 100.000 habitantes é de **7%** sobre o somatório da receita tributária e o somatório da receitas de transferências correntes, previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 CF/1988, efetivamente realizados no exercício anterior.

Base de cálculo para apuração do repasse 2023 : (receita tributária e de transferências realizadas no exercício anterior)	R\$ 256.455.956,24
Valor permitido para repasse em 2023: (7% da receita tributária e de transferências realizadas no exercício anterior)	R\$ 17.951.916,94
Valor total repassado:	R\$ 17.951.916,94

*Elaborado pelo controle interno com base em demonstrativo da contabilidade e Relatório de



Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

Gestão Fiscal.

O valor do repasse do duodécimo recebido pela Câmara Municipal no exercício de 2023 está em conformidade com as normas legais, conforme exposto na tabela acima. A Lei n. 3.260, de 28 de dezembro de 2022 (LOA), estimou a receita e fixou a despesa do município de Viana para o exercício de 2023, estimando o duodécimo em R\$ 18.437.000,00, porém houve uma alteração na base de cálculo e conseqüentemente no valor repassado, devidamente explicado por nota explicativa.

Constata-se que foi efetuada uma devolução ao Executivo no valor de **R\$ 149.796,59** (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos) a título de **devolução de transferências recebidas**, conforme disciplina a Instrução Normativa TCE-ES n. 74/2021.

2.2. Análise Financeira:

RECEITA	
Receita estimada para o período conforme Lei Orçamentária Anual - Lei n. 3.260/2022, de 28 de dezembro de 2022.	R\$ 18.437.000,00
Valor repassado no exercício conforme art. 29-A CF/1988	R\$ 17.951.916,94
Receita extraorçamentária no período	R\$ 2.864.595,43
Saldo em espécie do exercício anterior	R\$ 106.502,14
RECEITA TOTAL:	R\$ 20.923.014,51

*Elaborado pelo controle interno, substanciado pela análise do demonstrativo **Balanco Financeiro do Exercício**.



Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

DESPESA	
Despesa fixada para o período conforme Lei Orçamentária Anual - Lei n. 3.260/2022, de 28 de dezembro de 2022.	R\$ 18.437.000,00
Despesa empenhada no período	R\$ 17.770.602,79
Transferência financeira concedida - devolução de duodécimo	R\$ 149.796,59
Despesa extraorçamentária no período	R\$ 2.956.193,79
Saldo em espécie para o exercício seguinte	R\$ 46.421,34
DESPESA TOTAL:	R\$ 20.923.014,51

*Elaborado pelo controle interno, substanciado pela análise do demonstrativo **Balanco Financeiro do Exercício**.

O planejamento governamental é de responsabilidade institucional da Câmara Municipal e tem como objetivo principal controlar os gastos públicos, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como, realizar o acompanhamento da execução orçamentária.

A disponibilidade financeira em caixa em 29 de dezembro de 2023, foi de R\$ 46.421,34 (quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos) conforme extratos bancários verificados. Depreende-se dos relatórios contábeis que foram inscritas despesas em restos a pagar não processados no valor de R\$ 14.162,78 para o exercício seguinte, o saldo de R\$ 32.258,56 foi descontado no pagamento da 1ª parcela do duodécimo de 2024, conforme o Art. 168, § 2º da Constituição Federal.

As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições oficiais: Banco Banestes S/A, agência nº0092, conta corrente nº143678-1, e Banco Santander, agência nº1983, conta corrente nº450000017 - e estão em



conformidade com as demonstrações financeiras. Não houve despesa sem empenho, todas as despesas tiveram nota de empenho emitida.

O princípio da **segregação de funções** é observado, posto que as atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações estão devidamente distribuídas entre os níveis hierárquicos constantes no organograma. A Secretaria de Finanças e Contabilidade é composta por três cargos, sendo um Secretário de Finanças (servidor comissionado), um técnico contábil (servidor efetivo) e um contador (servidor efetivo).

2.3. Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual vigente no exercício, Lei nº 3.260, de 28 de dezembro de 2022 (alterada pela Lei nº 3.369, de 26 de dezembro de 2023) em seu artigo 4º, inciso I, autoriza o Legislativo a suplementar em até **35%** a dotação orçamentária prevista no orçamento para o exercício.

Base de cálculo - Orçamento previsto	R\$ 18.437.000,00
Limite para abertura de crédito adicional suplementar (35%)	R\$ 6.452.950,00
Créditos adicionais suplementares abertos no período:	R\$ 3.756.676,69

*Extraído do demonstrativo de créditos adicionais emitido pela contabilidade.

2.4. Aplicações financeiras

Os rendimentos de aplicações financeiras apropriados no período foram no montante de R\$ 223.310,92 (duzentos e vinte e três mil, trezentos e dez reais e noventa e dois centavos), oriundas da aplicação no fundo DI TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM – CNPJ: 09.577.447/0001-00, administrado pela



instituição Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CNPJ: 03.502.968/0001-04. A movimentação do fundo foi devidamente acompanhada pela Secretaria de Finanças e Contabilidade e registrada na conta “rendimentos de aplicação financeira”.

2.5. Gastos com pessoal

Obedecendo ao índice previsto no §1º do artigo 29-A da Constituição Federal, vejamos conforme o quadro abaixo os valores gastos com pessoal:

Limite Constitucional - Artigo 29-A, §1º CF/1988	
Transferências recebidas – Duodécimos	R\$ 17.951.916,94
70% do total de Duodécimos - limite gastos com pessoal	R\$ 12.566.341,86
Despesa com folha de pagamento	R\$ 7.878.834,35
% limite gasto com folha de pagamento	70,00%
% gastos com folha de pagamento	43,88%

*Elaborado pelo Controle Interno com base na legislação pertinente e no Relatório de Gestão Fiscal.

Também foi atendida a Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 54 e artigo 55, inciso I, alínea “a”, quando o total da despesa líquida com pessoal nos últimos meses atingiu o percentual de **2,30%** (dois vírgula trinta por cento), conforme demonstrado abaixo:

Limite Lei Complementar N° 101/2000 -Artigo 54; alínea a, inciso I, artigo 55 – LRF	
Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites com pessoal - RCL	R\$ 406.796.395,30
Limite máximo - (6%*RCL)	R\$ 24.407.783,72



Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

Limite prudencial $-(5,7\% \times RCL)$	R\$ 23.187.394,53
Limite de alerta $-(5,4\% \times RCL)$	R\$ 21.967.005,35
Despesa com pessoal realizada no exercício - de acordo com a LRF :	R\$ 9.360.757,99
% atingido:	2,30%

* Elaborado pelo Controle Interno com base no Relatório de Gestão Fiscal.

Verificados os quadros acima, constata-se que os limites para despesa com pessoal foram observados no exercício, não sendo necessária nenhuma medida de contenção de despesa, nem limitação de empenho. Ainda nesse contexto, na Lei nº 3.230, de 25 de julho de 2022, que dispõe sobre as **diretrizes orçamentárias** para o exercício de 2023 - **LDO**, em seu artigo **45**, **consta autorização específica** para alterações e disposições relativas a despesas com pessoal e encargos.

2.6. Subsídios dos vereadores

A Constituição instituiu a exclusividade do subsídio, um valor único a ser pago em retribuição aos serviços prestados pelos agentes políticos. Dessa forma, prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores receberão parcela única em subsídio, não fazendo jus a qualquer outro tipo de remuneração, excluindo as despesas de caráter indenizatório.

A Constituição Federal/1988 estabelece em seu artigo 29, inciso VI, que o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: *alínea: c)* em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados



Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

Estaduais.

Atendendo ao comando constitucional, a Lei Municipal nº 3.033, de 26 de agosto de 2019, fixou o subsídio do vereador em **R\$ 8.600,00** (oito mil e seiscentos reais) para a legislatura 2021-2024. No ano de 2023, foi promulgada a Lei Municipal nº 3.274/2023, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do prefeito, vice-prefeito e dos vereadores, para vigor a partir da próxima legislatura 2025-2028, não constituindo impacto neste exercício. Não houve revisão geral anual para os servidores públicos do município de Viana no exercício 2023, portanto os vereadores não tiveram reajuste neste exercício.

Considerando o percentual populacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2020, a população do município de Viana foi estimada em 79.500 habitantes, logo a base de cálculo para a fixação do subsídio dos vereadores é **40%** do subsídio dos deputados estaduais. A Lei Estadual nº 11.766/2022 fixou os subsídios do governador, vice-governador, secretários de estado e deputados estaduais, estabelecendo um aumento gradual aos deputados estaduais:

I - R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), a partir de 1º de **janeiro de 2023**;

II - R\$ 31.238,19 (trinta e um mil, duzentos e trinta e oito reais e dezenove centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

III - R\$ 33.006,39 (trinta e três mil, seis reais e trinta e nove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

IV - R\$ 34.774,64 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Segue tabela comparativa com valores:



Limite constitucional	
Subsídio do Deputado Estadual - Base referencial janeiro-2023 - Lei N° 11.766/2022-ALES.	R\$ 29.469,99
Artigo 29-A, limite máximo: 40% do subsídio mensal do deputado estadual.	R\$ 11.787,99
Valor do subsídio mensal pago no exercício:	R\$ 8.600,00
Limite %	40,00%
Limite utilizado %	29,18%

*Elaborado pelo controle interno com base em legislação e verificação documental.

Ainda no tocante ao disposto na CF/1988, o inciso VII, do artigo 29, destaca que o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do município.

Limite constitucional	
Receita do Município - Base referencial receita orçamentária- LOA 2023	R\$ 380.598.474,59
Limite: 5% da receita orçamentária	R\$ 19.029.923,70
Gasto total com subsídios dos vereadores no período	R\$ 1.261.333,33

*Elaborado pelo controle interno com base em verificação documental e demonstrativos fornecidos pela contabilidade.

2.7. Relatório de Gestão Fiscal

O relatório de gestão fiscal, exigido pelo artigo 54, da Lei Complementar nº 101/2000, foi publicado quadrimestralmente conforme dispositivo legal, estando em conformidade com o exigido, tais como demais publicações de atos administrativos praticados pelo Legislativo. As publicações do RGF estão disponíveis no portal da transparência.



2.8. Controle de bens patrimoniais

Os bens patrimoniais que se encontram sob a guarda do Poder Legislativo estão devidamente incorporados e etiquetados, sendo compatíveis com os registros contábeis. O registro e controle é realizado de forma organizada pelo setor de almoxarifado/patrimônio e pela contabilidade, trabalha-se de forma conjunta visando maior eficiência e eficácia do sistema, tendo por base a troca de informações constantes e consistentes. Não houve, no ano de 2023, a necessidade de providências por parte do gestor por danos causados ao erário público.

2.9. Gestão previdenciária

A Câmara Municipal de Viana repassou todas as contribuições previdenciárias, patronal e do servidor, da competência do exercício de 2023, vincendas no exercício.

Ressalta-se que as contribuições, patronal e dos servidores, da competência do mês de dezembro/2023 foram reconhecidas e liquidadas dentro do próprio exercício. Foram detalhadas mensalmente as despesas pagas das obrigações patronais junto ao INSS, distinguindo os valores repassados da parte do empregado (descontada do servidor) e da parte do empregador (22%).

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA				
Exercício	2020	2021	2022	2023
Despesa Corrente	R\$ 7.129.248,57	R\$ 8.716.644,44	R\$ 11.235.569,26	R\$ 12.553.562,32
Despesa de Capital	R\$ 64.631,42	R\$ 488.296,40	R\$ 1.743.471,64	R\$ 5.202.877,69
Total:	R\$ 7.193.879,99	R\$ 9.204.940,84	R\$ 12.979.040,90	R\$ 17.756.440,01

*Elaborado pelo controle interno com base no demonstrativo **Balanco Orçamentário**.



3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinados os pontos de controle selecionados constantes na prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Joilson Broedel, gestor da Câmara Municipal de Viana, relativa ao exercício de 2023.

O relatório foi elaborado com base em avaliação dos pontos de controle de análise prioritária da Instrução Normativa 68/2020-TCEES, dando ênfase a aspectos que se julgaram mais importantes no contexto que está inserido, analisando as demonstrações orçamentárias, financeiras e contábeis, bem como os procedimentos operacionais efetuados ao longo do ano por servidores e vereadores e a legislação pertinente.

A responsabilidade do controle interno reside na coordenação técnica dos trabalhos administrativos executados, com observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise do controle quanto à relação custo-benefício e quanto à verificação dos controles já constituídos.

No que se refere aos documentos enviados pela Câmara Municipal de Viana, para prestação de contas anual, os arquivos estão em compatibilidade ao que foi requerido pela Instrução Normativa nº 68/2020 TCE-ES.

Pela documentação analisada e procedimentos operacionais que foram acompanhados, tendo por base relatórios e informações recebidas pela Secretaria de Finanças e Contabilidade da Câmara, bem como de outros setores pertinentes, tais procedimentos e informações se encontram regulares.

Em minha opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados para avaliação e manifestação, a referida prestação de contas se encontra



regular.

Câmara Municipal de Viana

Plenário João Paulo II

Viana-ES, 20 de março de 2024.

Gicelly Butzke Vieira

Controladora

Matrícula 1340